

Atraso no pagamento das dívidas das estatais compromete superávit

por Flora Holzman
de Brasília

O pagamento das dívidas externas das estatais — que têm aval do Tesouro Nacional e estão em atraso desde abril de 1989 — é a principal ameaça, se não a única, que paira sobre os cofres públicos e pode colocar em risco a previsão de superávit de caixa primário de 1,1% do Produto Interno Bruto (PIB) estimada para o próximo ano. Embora pelo conceito de competência o impacto do atraso já possa ser constatado neste ano.

Essa é, pelo menos, a avaliação do diretor do Departamento do Tesouro Nacional, Roberto Figueiredo Guimarães, que acredita ser possível liquidar as dívidas antigas do governo para com as empreiteiras e fornecedores apenas administrando o fluxo de caixa.

O diretor do Tesouro admite ainda que grande parte do superávit gerado nas contas do Tesouro nos últimos meses se deve principalmente à falta de pagamento de débitos do governo junto ao setor privado.

De acordo com Guimarães, a análise do primeiro grupo de estudos — criado para levantar as dívidas das estatais “entre elas próprias” e delas com seus fornecedores, empreiteiras e junto ao sistema financeiro, evitando duplicidade de débito — já se encontra nas mãos da ministra da Economia, Zélia Cardoso de Melo.

Por hora, no entanto, até mesmo a liquidação das dívidas das empresas está suspensa até que o segundo

O aumento das despesas

por Flora Holzman
de Brasília

A obtenção de um resultado positivo no caixa do Tesouro Nacional no próximo mês de dezembro depende, primordialmente, da evolução da receita tributária, pois as despesas deverão aumentar de forma expressiva em decorrência do pagamento do saldo do 13º salário — corrigido em 30% — além do acúmulo de despesas repassadas. O alerta é do diretor do Departamento do Tesouro que estima um superávit em outubro entre Cr\$ 1 bilhão e Cr\$ 2 bilhões contra os Cr\$ 16,1 bilhões de setembro.

As despesas de pessoal, contudo, continuam ascendentes. Os resultados a serem apresentados em novembro registrarão uma elevação de Cr\$ 137 bilhões para Cr\$ 180 bilhões nos gastos com

pessoal, em virtude do aumento de 30% concedido ao funcionalismo.

O excedente do caixa do Tesouro será menor em novembro também em razão das despesas do orçamento de crédito geradas em outubro que incidem nos resultados de novembro. Este é o caso, por exemplo, dos Cr\$ 44 bilhões destinados à agricultura que o Tesouro está desembolsando neste final de mês.

De qualquer forma, recordou o diretor do Tesouro, o Departamento de Orçamentos da União (DOU) está elaborando nova revisão das previsões de receita e despesas relativa a este ano, assim poderá ser avaliado o impacto dos aumentos de despesas com pessoal e outros gastos de custeio sobre os resultados de caixa do Tesouro nestes dois últimos meses do ano.

grupo de estudos — integrado pelos assessores do Ministério da Economia e pelo secretário executivo do Ministério da Infra-Estrutura — conclua a avaliação dos parâmetros que deverão nortear a negociação do pagamento dos débitos.

A exemplo do que se pretende fazer com as debêntures da Siderbrás (que deverão ser trocadas por novos títulos de prazos mais longos), a equipe vem analisando propostas para alongar o perfil das dívidas de forma a identificar pos-

sibilidades técnicas de recomposição.

Entre as opções que vêm sendo discutidas no âmbito da comissão — integrada também por Pedro Bara, assessor da secretaria de Assuntos Estratégicos — figura a possibilidade de liquidar parte dos débitos em dinheiro (cash) com algum deságio e recompor o restante do estoque com títulos de prazos mais longos e melhores condições. Pelo menos essa é a proposta para saldar as dívidas das empresas em fase de extinção.

Guimarães afirma não ter conhecimento do relatório da primeira comissão, que somou a totalidade das dívidas com o setor privado e, conforme divulgado na imprensa, teria identificado um montante acumulado próximo a US\$ 10 bilhões. Ele admite, contudo, que o verdadeiro peso das liquidações das entidades extintas só incidirá sobre o orçamento dos próximos anos e poderá variar de acordo com o que for acertado como forma de saldar o endividamento existente.

Na prática, porém, a principal preocupação do diretor do Tesouro se limita ao fato de que o somatório das dívidas externas das estatais federais, estaduais e municipais com aval do Tesouro já está em cerca de US\$ 12 bilhões, montante esse que terá de ser pago assim que o acerto externo esteja concretizado.

Caso as empresas não honrem essas dívidas, o ônus recai sobre os cofres do Tesouro, recorda Guimarães.

A quantificação dos percentuais de responsabilidade do ajuste estrutural nas contas do governo — que permitiram a geração de superávits financeiros — é de difícil identificação, explicou Guimarães. Ainda assim, ele admite que grande parte do resultado positivo pode ser decorrente dos acertos financeiros. Já no próximo ano, contudo, tanto Guimarães quanto Kandir garantem que o estoque total das dívidas será menor, facilitando o processo de ajuste.